

APRESENTAÇÃO

Encarceramento, dinâmicas criminais e violência: as ações das facções brasileiras em debate

Incarceration, criminal dynamics and violence: the actions of the Brazilian factions in debate

Este dossiê reúne trabalhos que refletem sobre as dinâmicas criminais de grupos e coletivos reconhecidos, socialmente, como facções criminosas. Trata-se de um fenômeno social constituído em processo histórico que marca a história das prisões no Brasil.

Longe de representarem uma forma, modelo ou estrutura únicas ou similares, esses grupos são muito diferentes entre si, mas, têm como principal elemento em comum o fato de terem nascido dentro das prisões, sendo que as prisões cariocas foram precursoras deste fenômeno, como palco da formação de uma das mais conhecidas facções brasileiras, o Comando Vermelho (cv), em 1979. Desde o seu surgimento, nas prisões do Rio de Janeiro, o grupo se apresenta com a proposta de justiça, paz e liberdade. Valores disseminados entre pessoas que integram o grupo de diferentes maneiras e que passaram atuar dentro e fora das prisões, com destaque para a atuação na economia das drogas. Embora a primeira geração do cv tenha sido de assaltantes de bancos, na segunda geração de integrantes os traficantes já emergiam como atores essenciais na dinâmica do grupo, acompanhando de perto a formação e consolidação do mercado consumidor de maconha e de cocaína no Rio de Janeiro durante os anos 80.

O Primeiro Comando da Capital (PCC) surgiu nas prisões de São Paulo em 1993. Assim como o CV, o PCC se apoia num discurso com forte marcação de ser um grupo que luta pela proteção dos “irmãos” dentro do sistema penitenciário paulista num cenário de graves violações de direitos e violência institucional nos cárceres de São Paulo. Ao longo da década de 1990 e na primeira metade dos anos 2000 o PCC se expandiu e reconfigurou o gigantesco sistema prisional paulista, que abriga 1/3 da população carcerária brasileira. Em 2006, o PCC demonstra sua capilaridade pelo Estado de São Paulo através da presença de “irmãos” -como são chamados os indivíduos batizados - em bairros pobres e periféricos das grandes, médias e pequenas cidades.

De 2006 em diante, o PCC consolida sua hegemonia no mundo do crime em São Paulo, atuando como uma agência reguladora, na dissuasão de conflitos sociais e econômicos nos territórios onde se fazia presente. Constituindo-se como instância de mediação e de regulação, o PCC impôs uma dinâmica criminal em São Paulo, na qual o homicídio era um elemento estritamente controlado e, neste sentido, residual. Relacionada a esta dinâmica criminal organizada e na qual a morte era controlada com mão de ferro, as taxas de homicídios despencaram mais de 70% nos últimos 20 anos. Esse número poderia ser até maior se os dados nos permitissem considerar apenas os conflitos pelo controle dos mercados ilegais de drogas e armas, em São Paulo.

Essas organizações encontraram no sistema penitenciário brasileiro as condições ideais para sua reprodução, expansão e adensamento de relações sociais fundamentais para sua atuação para além dos Estados em que surgiram. Na atualidade, o impacto dessas organizações atinge todo território brasileiro, com ações nas prisões, periferias das grandes, médias e pequenas cidades e fronteiras.

Não apenas o CV e o PCC se expandiram. Como se observou no Brasil inteiro surgiram outros grupos identificados com a maneira de fazer o crime das duas facções do sudeste brasileiro. No final da primeira década dos anos 2000 já era possível observar as repercussões do advento de novos grupos. No Amazonas, no início da década de 2010, a Família do Norte (FDN) se identificava como a terceira maior facção do País, desafiando as outras do sudeste em sua tentativa de entrar em rotas constitutivas dos mercados ilegais de drogas no Norte e Nordeste.

A partir de 2016 – com o anúncio da ruptura da cooperação e convivência entre as duas maiores facções do país, PCC e CV – foi possível observar o fenômeno acontecendo em praticamente todos os Estados brasileiros, com a emergência de inúmeros grupos locais, em geral alinhados a um ou outro dos grandes. Ou seja, um cenário em que os grupos de projeção nacional como o CV e o PCC, formavam um mosaico complexo e violento, com grupos de ascendência regional, como a FDN e o PGC (Primeiro Grupo Catarinense, constituído em meados dos anos 2000 em Florianópolis, em aliança com o PCC, mas, rompendo com a facção paulista poucos anos depois); e numerosos grupos locais, com maior ou menor consistência e coesão que apareceram em diversos estados brasileiros, sobretudo no Sul, no Norte e no Nordeste: no Rio Grande do Sul, destaca-se Os Manos e os Balas na Cara; na Paraíba, os Estados Unidos e a Okaida (que, recentemente foi refundada como Nova Okaida); no Maranhão, o Bonde dos 40 e o PCM – Primeiro Comando do Maranhão; no Pará, o CCA – Comando Classe A; no Acre, Bonde dos 13 e assim por diante. Uma sucessão de nomes, siglas e identidades que, em geral, se aliam ou se opõem a uma das duas facções de âmbito nacional, conformando uma situação de polarização na qual é muito raro que os grupos menores se mantenham independentes e autônomos.

O Ceará experimentou no início de 2016 o surgimento de uma facção local chamada Guardiões do Estado (GDE). Ao contrário do que vivenciaram o CV, PCC e FDN, a facção não emergiu como um grupo capaz de dominar de maneira consistente as dinâmicas criminais do Estado. A facção precisou se ajustar a uma dinâmica de alianças e conflitos envolvendo também o PCC e o CV que transformaram o Estado do Ceará em local de inúmeros conflitos armados, com números significativos de homicídios nos anos de 2017 e 2018. Entre as novidades da GDE, observou-se a participação de adolescentes e um trabalho muito forte nas periferias com agenciamento de meninas e meninos para conflitos armados.

A partir do arcabouço teórico e metodológico das ciências sociais, as reflexões presentes nesse dossiê colaboram para lançar uma luz sobre um fenômeno social tão complexo e, ao mesmo tempo, recente, que ainda coloca imensos desafios para a sua compreensão. Observam as condições sociais geradoras

de práticas criminais desses grupos, analisando os efeitos de suas ações e as condições sociais e políticas de sua reprodução. Os textos abordam o trabalho das facções em diferentes cenários. Ajudam na compreensão de como o encarceramento em massa atuou na criação de processos de integração e relacionamento entre pessoas envolvidas na prática de crimes e capazes de replicar experiências dentro e fora das prisões. Retratam investigações sobre os processos e as dinâmicas de engajamento em organizações dotadas de orientações políticas e morais, com status e modelos de conduta para se fazer o crime dentro e fora das prisões. Em linhas gerais, desenham algumas questões importantes sobre as peculiaridades da ação de facções que atuam em diferentes territórios brasileiros, suas articulações e especificidades estão entre os interesses dessa proposta. São diferentes olhares para um problema que envolve circulações entre mercados ilegais de drogas e armas, com repercussões locais, nacionais e internacionais, em diferentes conexões com agentes públicos, diferentes esquemas de acordo e conflito entre elas e que produzem múltiplas formas de violência. Os textos que reunidos neste dossiê oferecem uma leitura plural do fenômeno das facções e suas diferentes maneiras de atuar dentro e fora das prisões.

O texto que abre o Dossiê, das autoras Juliana Gonçalves Melo e Natália Firmino do Amarante, trata do massacre ocorrido na penitenciária de Alcaçuz e Rogério Coutinho Madruga, no Município de Nísia Floresta, Rio Grande do Norte, em janeiro de 2017. O acontecimento foi marcado pela morte de pelo menos 27 pessoas – conforme os dados oficiais, embora familiares e presos até argumentam que o número de mortos foi maior. No texto, as pesquisadoras descrevem o evento ao mesmo tempo em que refletem sobre o seu trabalho de campo. Buscam entender as consequências desse evento e sua relação com o fortalecimento das disputas entre duas facções rivais (Primeiro Comando da Capital/PCC e Sindicato do Crime/SDC), assim como a expansão da violência letal em Natal. O texto nos ajuda a compreender os processos de consolidação e fortalecimentos de coletivos criminosos no País, bem como faz uma reflexão importante sobre os problemas metodológicos para pesquisa antropológica em contextos de ação e conflitos entre facções.

O artigo de Rosângela Teixeira Gonçalves, Josiane Silva Brito revela peculiaridades dos acordos entre Estado e Primeiro Comando da Capital, com destaque para informações que mostram que o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo. As autoras revelam o drama social do encarceramento feminino e como ele implicou na expansão e fortalecimento do PCC, também, nas unidades penitenciárias femininas de São Paulo. A pesquisa demonstrou como as relações entre homens e mulheres pertencentes ao PCC reproduz formas sociais constitutivas da sociedade envolvente, com implicações na formação de lideranças e uma divisão social do trabalho no interior do grupo que segue os marcadores de gênero. O trabalho demonstra ainda que as ações do PCC e a forma de organização dos presos também afetam as dinâmicas contratuais no âmbito do Estado.

Ao estudarem os efeitos sociais das lutas entre facções fora das prisões, Luiz Fabio Silva Paiva, João Paulo Pereira Barros, Ricardo Moura Braga Cavalcante explicam como o fenômeno das chacinas, no estado do Ceará, funcionou como um dispositivo necropolítico de gestão da vida e da morte empregado tanto por agentes estatais quanto pelo crime organizado. O artigo retrata diversas chacinas ocorridas no Estado do Ceará no ano de 2018, especialmente, em Fortaleza, demonstrando mudanças sociais importantes nas dinâmicas criminais que impactaram na morte de pessoas por meio de assassinatos coletivos. Em uma reflexão interdisciplinar mostram a estruturação de um fenômeno recorrente na regulação das lutas pelo domínio da vida e da morte de pessoas, sobretudo, nas periferias urbanas de Fortaleza.

Em seguida, Davi Marques demonstra como a execução de um policial militar em horário de folga desdobrou uma sequência de assassinatos que revelam as tensões entre grupos criminosos e policiais. O artigo analisa as relações entre o homicídio de um policial militar e uma chacina em São Carlos, explorando ainda o impacto desses acontecimentos no contexto estadual de violência em 2012. O autor desenvolve a hipótese de que as relações rotineiras entre polícia militar e PCC promovem dinâmicas de “guerra”, com ações de violência entre essas forças. Essa relação tem efeitos na promoção de discussões sobre as “crises da segurança pública” ocorridas no Estado de São Paulo. Para o autor,

essas crises tem um papel importante na regulação entre as pessoas envolvidas no crime e as forças policiais.

Franceline Priscila Gusmão discute os sentidos construídos pelos jovens em cumprimento de medida socioeducativa, na cidade de Londrina, sobre os códigos de condutas existentes no “mundo do crime”. A autora demonstra como seus interlocutores revelam uma forma de “visão do crime”, com códigos de condutas que orientam a ação de pessoas envolvidas na prática de crimes. Os depoimentos colhidos pela pesquisadora mostram que seus interlocutores conhecem e seguem os códigos de conduta pautados na ideia de que os envolvidos “têm visão” e que “agem pelo certo”. O texto retrata o “mundo do crime” como uma instância normativa cujo efeito social provoca uma disputa de sua legitimidade com instituições tradicionais como a família, a escola, o Estado, o trabalho etc. Ela revela que o aprendizado da “visão” é fundamental no processo de integração do jovem no chamado “mundo do crime”.

Em suas reflexões sobre o fenômeno das facções, Francisco Elionardo de Melo Nascimento e Geovani Jacó de Freitas oferecem uma discussão sobre o sistema prisional cearense e as suas mudanças no decorrer da última década. Demonstram como os processos de adesão dos presos às facções produziram transformações nas relações e na gestão da vida dentro das prisões cearenses. Novos riscos impuseram desafios importantes para compreensão do fenômeno do aprisionamento, assim como o gerenciamento dos agrupamentos prisionais demandou do governo cearense novas estratégias de controle social diante de um fenômeno recente e que se proliferou rapidamente pelas prisões do Ceará.

Natália Caruso Theodoro Ribeiro e Celina Pereira discutem a partir do conceito de criatividade política os agenciamentos feitos pelo PCC como uma ação criativa de agentes privados de liberdade. Refletem sobre como os integrantes do grupo se associam e produzem alterações estruturais para além dos perímetros da prisão. O argumento central do artigo destaca a ação criativa da organização como forma de produção de significados compartilhados resultantes da recombinação e da reinterpretação das regras institucionais disponíveis.

Gustavo Lucas Higa analisa a conjuntura do sistema penitenciário de São Paulo a partir da experiência do jornal O Democárcere. Trata-se de um jornal organizado e escrito por presos da Penitenciária do Estado, em São Paulo, na

década de 1980. O autor aborda essa experiência como acontecimento e um engajamento político da população carcerária em torno da agenda de direitos humanos que estava em efervescência naquele momento histórico, de abertura política e redemocratização em que, junto com a promulgação da Constituição de 1988, criava um cenário muito propício aos projetos e as pautas ligadas à ampliação da justiça e à garantia de direitos – inclusive para quem estava preso. Neste sentido, a efêmera experiência da “política de humanização das prisões” não deixava de ser um contraponto aos processos de silenciamento, segregação e ausência de visibilidade característica da vida de pessoas privadas de liberdade no sistema penitenciário – e o jornal *Democárcere*, expressava mais do que qualquer outro elemento, essa possibilidade. Para o autor, a experiência do jornal oferecia aos presos a possibilidade de falar e retratar suas vivências no interior de instituições criadas justamente para a negação de sua “voz”. Oferecendo uma leitura analítica da visão de presos em meio a um conflituoso processo de transição democrática, o artigo permite emergir essa “voz” como elemento legítimo de expressão das demandas da população encarcerada, através de um meio igualmente legítimo de canalizar as reivindicações de direitos propostas pelos presos.

Por fim, no trabalho de Ludmila Ribeiro, Victor Neiva Oliveira, Luiza Bastos, observa-se como a chegada de presos pertencentes ao Primeiro Comando da Capital (PCC) ao sistema penitenciário da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no estado de Minas Gerais, produziu mudanças na sociabilidade prisional. A pesquisa reconstituiu a chegada e a rotina desses presos na Penitenciária Nelson Hungria, a única unidade de segurança máxima do estado. O texto revela as estratégias adotadas pelo PCC para instaurar suas dinâmicas, demonstrando o processo de disseminação de um sistema de crenças, valores e atitudes, com repercussão dentro e fora das prisões, salientando as tensões que provoca junto a população carcerária e aos atores estatais.

Em suma, tem-se que os grupos conhecidos como facções – embora essa nomenclatura seja em si mesmo objeto de debates – nasceram e se reproduziram no sistema penitenciário brasileiro, expandindo suas áreas de atuação e se constituindo como uma experiência social que afeta milhares de pessoas em instituições e territórios nacionais e internacionais e se constituem hoje como

desafios importantes em termos das políticas públicas de redução da violência e de vulnerabilidade de jovens pobres. Tais grupos têm relevância na economia criminal brasileira – especialmente no tráfico de maconha e cocaína – e alguns deles também espriam suas atividades e sua influência para setores da economia legal, semilegal, informal. Por outro lado, a despeito das similaridades que apresentam, formados por indivíduos que constroem sua identidade como vinculado ao “mundo do crime” e ao encarceramento e se configuram como grupos armados, é importante ressaltar que esses coletivos têm diferenças substanciais em termos de estrutura, organização, tamanho, densidade, assim como em termos dos efeitos de suas narrativas ideológicas em suas práticas concretas.

Embora não tenha sido possível abordar todos os espectros deste fenômeno complexo – seja o espectro geográfico, seja em termos dos diferentes grupos – esperamos que esse dossiê contribua para uma melhor compreensão das causas e dos efeitos do aprisionamento e das escolhas políticas que temos feito. O dossiê teve essa rara felicidade de reunir pesquisas e análises múltiplas de um fenômeno que ainda desafia as estudiosas e estudiosos das temáticas do crime e da violência no Brasil. São dinâmicas sobre as quais cientistas sociais das mais diversas disciplinas têm contribuído para entender e aqui se encontram alguma desses esforços importantes para compreensão desse significativo problema social contemporâneo.

Num momento especialmente difícil para o País, em que proliferam discursos de intolerância, apoio de autoridades políticas à violações de direitos e o incentivo à atuação violenta das forças de segurança como forma de combate ao crime e que, ainda, se coloca em dúvida evidências científicas que não atendem aos interesses dos grupos no poder, esse dossiê reveste-se ainda de maior relevância. A área da segurança pública e do sistema prisional e, especialmente, o campo de discussões em torno das facções, é extremamente sensível aos discursos políticos populistas e eleitoreiros. Esse é um fator central que tem pavimentado o caminho até aqui, construído sob os gritos pelo endurecimento penal, por mais e mais duras punições, por insuficientes violações, por atuações ainda mais truculentas das forças de segurança. O que chamamos aqui de “facções” são o produto central destas nossas escolhas políticas. É necessário

pensar se é de fato esse o melhor caminho para fazer emergir uma sociedade mais pacífica e refletir sobre quem, efetivamente, se beneficia com as coisas da forma como elas vem sendo tratadas até aqui.

Boa leitura!

Camila Nunes Dias¹
& Luiz Fábio S. Paiva²
Organizadores

1. Doutora em Sociologia(USP), Professora da Universidade Federal do ABC. Autora do PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência. São Paulo: Saraiva, 2012. E, com Bruno Paes Manso, do livro A GUERRA: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018.

camila.dias00@gmail.com

2. Doutor em Sociologia (UFC), Professor da Universidade Federal do Ceará e Pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC). Autor de Contingências da violência em um território estigmatizado. Campinas/SP: Pontes, 2014. **luizfabiopaiva@gmail.com**